

A consulta atenta da presente obra confronta-nos com a desproporção existente ao nível das diversas seções. Ela constitui um indicador importante do interesse desigual demonstrado pelos investigadores relativamente a cada uma das áreas. Ao analisarmos a obra constatamos ainda que as entradas relativas a cada autor não estão ordenadas cronologicamente o que tornaria a consulta mais fácil e eficaz. Seria desejável também que as fichas bibliográficas estivessem acompanhadas de comentários. Sem dúvida que isto faria do presente livro um instrumento de trabalho ainda mais indispensável do que ele já é.

Por fim, podemos afirmar que a Antiquidade Tardia, que constituía uma novidade intelectual nos anos oitenta do século XX, continua a merecer nas suas continuidades e ruturas, ao nível da Gália e da Ibéria romano-visigodas, a atenção dos investigadores. As obras aqui reunidas bem o testemunham! Estamos pois perante mais um volume de consulta obrigatória para quem quer conhecer e aprofundar o passado histórico-arqueológico das comunidades da Gália e da Península Ibérica na Época tardo antiga.

SILVA, Maria João Oliveira e

A escrita na catedral. A Chancelaria episcopal do Porto na Idade Média

Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013. 398 p. ISBN: 978-972-8361-54-9

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR

Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de História/ CIDEHUS

O livro de Maria João Oliveira e Silva, publicado em 2013 pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, corresponde à sua tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em dezembro de 2010 (p. 12), e insere-se numa linha de trabalho já iniciada pela autora na sua dissertação de mestrado e que teve a produção escrita da Sé do Porto entre 1112/14 e 1247¹ como centro fulcral da sua análise.

É assim que, após ter-se debruçado sobre uma cronologia mais recuada e sobre os protagonistas responsáveis pela sua produção, Maria João Silva optou, na sua tese de doutoramento, por estudar a chancelaria episcopal nas suas diversas vertentes, desde a organização interna à sua constituição, passando, mais uma vez, pelas características da sua produção documental.

E fê-lo para uma cronologia compreendida entre os episcopados de D. Julião Fernandes e D. Gil Alma, mais especificamente entre 1247 e 1406, data da transferência do senhorio da cidade para o poder régio. Cronologia que coincide, assim, grosso modo, com os séculos finais da Idade Média, período marcante no que respeita à definição da organização interna da chancelaria

¹ Maria João Oliveira e Silva – *Scriptores et Notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008.

e à delimitação das suas competências, não obstante o carácter lacunar das informações sobre a evolução da mesma. Cronologia igualmente central na definição da estrutura de governação diocesana e no conflito entre a realeza e o poder episcopal sobre o senhorio da cidade e que conhecerá um final exatamente neste ano de 1406.

Contudo, o estudo de Maria João Silva não procura ser uma análise da organização diocesana ou da estrutura eclesiástica vigente, nem assume como objetivo a identificação de protagonistas capitulares ou episcopais ou a reconstituição de carreiras, como outros estudos, que se têm centrado nos estudos das chancelarias episcopais, têm privilegiado.

Distanciando-se claramente dessa estrutura dicotómica, Maria João Silva centrou o seu estudo, como refere a páginas 12, na chancelaria e na procura do conhecimento “não só” dos “documentos que nela se produziram (do ponto de vista diplomático e paleográfico)” e “dos notários que o fizeram, mas também” na avaliação do “seu papel no contexto das oficinas da produção documental portuenses, portuguesas e europeias” e alicerça-o nas áreas da Paleografia e da Diplomática, sem esquecer, contudo, o enquadramento histórico em que essa produção decorreu e a identificação, possível, dos seus autores materiais.

É neste contexto que se compreende a opção realizada pela divisão da obra em duas partes: uma dedicada à Diplomática e outra à Paleografia, embora, como é referido, esta divisão não se assuma como estanque mas antes como articuladora da instituição e da sua produção, tomada como resultado da atividade da chancelaria episcopal.

O estudo de Maria João Silva integra-se, assim, numa linha, já relativamente consolidada ao nível da historiografia de diferentes países europeus, de estudos sobre a produção documental de instituições diocesanas. Estudos que se espelham na ampla bibliografia mencionada, mas cujos ritmos de produção não são analisados em nenhum estado da arte que, a ser incluído, poderia ter beneficiado a publicação e permitiria ao leitor compreender melhor o enquadramento historiográfico desta análise, embora a autora não deixe de identificar, logo nas primeiras páginas da introdução, uma linha de herança, nomeadamente nacional, na qual este estudo se insere.

Esta análise cruza, assim, o contributo dos estudos sobre chancelarias episcopais, com o da História da Escrita, corretamente abordada na II parte deste trabalho.

A centralidade da escrita como objeto de estudo é, aliás, enfatizada no título escolhido para este estudo: “A Escrita na catedral” evidenciando, de forma clara, a opção feita em torno deste objeto de trabalho.

Não sendo assim um estudo sobre a organização diocesana, é óbvio que um trabalho sobre a produção documental de uma instituição religiosa implica ter em linha de conta as especificidades da mesma, a atenção dada à produção escrita na gestão quotidiana e à política de preservação dos materiais produzidos.

Responsável pela produção de uma parte da memória escrita de uma instituição, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da chancelaria é, normalmente, coevo da multiplicação das práticas de arquivo e preservação da documentação produzida, sendo esta uma linha de investigação privilegiada e com investigação consolidada, em cujo desenrolar o estudo de Michael Clanchy constitui um ponto-chave, do qual a autora se faz eco ao longo do seu texto e, em particular, no capítulo 6 da II parte.

Tal como referimos atrás o livro estrutura-se em duas partes. A primeira dedicada à análise diplomática inicia-se pelo estudo da chancelaria, da sua origem e desenvolvimento. A

este nível a constatação feita sobre a ausência de referências documentais diretas à existência da chancelaria, vem ao encontro de uma situação comum a outros espaços diocesanos. Mas, como bem refere Maria João Silva, o facto de existirem poucas ou nenhuma referências diretas à chancelaria enquanto instituição, tal não impede a afirmação da sua existência (p. 20).

Afirmada assim a sua existência, Maria João Silva discute os conceitos de audiência e de cúria e discorre sobre as competências judiciais da audiência, num texto que deixa bem claro o pouco que ainda sabemos sobre a emergência e o funcionamento das audiências no contexto das dioceses portuguesas.

Os capítulos seguintes são dedicados à caracterização do núcleo documental constituído por 317 documentos preservados em diferentes fundos arquivísticos e à identificação possível dos notários da chancelaria. Em particular este último capítulo permite compreender, através de uma análise dos percursos individuais dos *scriptores*, a crescente autonomia que a chancelaria conhece, a partir da segunda metade do século XIII, separando-se, gradualmente, as carreiras dos notários das mudanças episcopais, numa cronologia comum a outras instituições similares.

Um último capítulo da I parte é dedicado à análise do Censual do Cabido, cartulário sobejamente conhecido mas ainda pouco estudado e que aqui é perspetivado como exemplo paradigmático e único da chancelaria da Sé do Porto.

De forma correta a sua produção é, por um lado, enquadrada num ambiente mais amplo que revela uma “nova maneira de pensar e de organizar a memória dessa instituição” (p. 183) e, por outro, na conjuntura próxima da governação de D. Pedro Afonso e das lutas com D. Afonso IV. Conflitos que não são exclusivos da diocese do Porto e que se estendem, com especial acuidade, à arquidiocese de Braga tendo como ponto de discórdia os privilégios detidos pelos bispos destas duas dioceses enquanto senhores das respetivas cidades.

Num contexto de confirmação de jurisdições como aquele que Afonso IV leva a efeito durante o seu reinado, os direitos detidos pelos bispos destas duas cidades em particular no que respeita à nomeação de oficiais foram particularmente postos em causa, tal como a documentação destes anos revela. Não surpreende assim que D. Pedro Afonso tenha incentivado a criação de um cartulário como o Censual, onde se reúnem alguns dos principais documentos que provam a origem e a legitimidade dos direitos detidos. Uma análise mais ampla e comparativa com cartulários provenientes de outras dioceses e datáveis também do século XIV poderá permitir, no futuro, aferir se esta cronologia de produção, grosso modo coincidente com o governo de Afonso IV, não é, igualmente, válida e extensível a outros espaços diocesanos.

À tentativa de datação da sua produção a autora conjuga uma análise detalhada das diferentes partes que compõem este censual, bem como da documentação que o integra, dissecando a sua tipologia para concluir da durabilidade da sua utilização bem como da sua importância no cômputo geral da documentação sobrevivente e relativa aos séculos XIII e XIV.

Tal como acima referimos, a II parte deste livro centra-se no estudo de escrita atendendo, não apenas, à sua evolução e aos modelos adotados, que aliás a autora analisa de forma detalhada e reveladora de um conhecimento paleográfico aprofundado, mas também às condições que suportam e enquadram a escrita, detendo-se nos locais de elaboração e nos materiais de suporte.

É nesta parte, aliás, que encontramos um capítulo, ao qual já fizemos referência, estimuladamente intitulado: “preservar a mensagem” e onde Maria João Silva analisa algumas das práticas arquivísticas da Sé do Porto.

Termina com um capítulo sobre o ensino no Porto, no qual recupera alguma informação, sobre os espaços e as condições de formação, interrogando-se, em última instância, sobre a forma como se aprendia e ensinava no Porto e como se processava a formação do corpo canonical.

Uma última palavra para os anexos.

Os quadros incluídos sintetizam um conjunto útil de informação relativa aos vigários, dignidades, cónegos da Sé, tabeliães e escrivães jurados, mestres e bacharéis e escolares da diocese identificados na documentação para o período em epígrafe. Da mesma forma, é fornecida uma longa lista do núcleo documental considerado onde foram compilados os dados identificadores relativos a cada documento.

A informação que serviu, assim, de suporte a esta análise é facultada e exposta de forma clara e passível de ser utilizada em outras pesquisas.

De realçar ainda a publicação de um Inventário da Livraria da Sé do Porto datado da segunda metade do século XVII incluído nos anexos e que procura colmatar o desconhecimento sobre a constituição da Livraria da Sé para o período medieval.

Em síntese, o estudo de Maria João Silva apresenta-se como uma abordagem sólida e fundamentada sobre a produção escrita da Sé do Porto e as condições dessa produção. Marcada por uma escrita clara e de fácil leitura, apesar do carácter técnico da abordagem, esta tese assume-se como um elemento central numa linha de investigação que parece ganhar fôlego nos últimos anos, herdeira das abordagens de autores como Avelino de Jesus da Costa, José Marques, Maria José Azevedo Santos, Maria Helena Coelho, ou, mais recentemente, Saul Gomes, Cristina Cunha e Rosário Morujão, entre outros² mas pioneira nas especificidades relativas à diocese do Porto que escolheu como base da sua análise.

² Veja-se o ponto de situação recentemente elaborado por Maria do Rosário Morujão – Working with medieval manuscripts and records: paleography, diplomatics, codicology and sigillography. In José Mattoso, direção – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Eds de Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 45-66.